



A SAÍDA DOS EUA DO ACORDO DE PARIS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

THE US OUT OF THE PARIS AGREEMENT ON CLIMATE CHANGE

Karen J. Machado¹

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo entender se a saída dos Estados Unidos da América do Acordo de Paris representa um movimento de dessecuritização do tema mudanças climáticas no país. Para isso preciso apresentar o processo de securitização e dessecuritização por meio do conceito de segurança da Escola de Copenhague. Assim relacionando as políticas públicas ambientais estadunidenses e os discursos do atual presidente estadunidense Donald Trump e do ex-presidente Barack Obama sobre mudanças climáticas aprovadas pelos Estados Unidos, desde a sua entrada no Acordo de Paris realizada em 2015 até a sua saída anunciada em julho de 2017. Para atingir meus objetivos a ferramenta metodológica será a análise de conteúdo com elaboração de fichas de leituras sistematizadas por categorização de ano. E por fim, na última seção será aplicada a ferramenta proposta pela Escola de Copenhague sobre a teoria de securitização.

Palavras-chave: Acordo de Paris. Estados Unidos da América. Mudanças climáticas.

ABSTRACT

The purpose of this article is to understand whether the exit of the United States from the Paris Agreement represents a de-sequestration movement on climate change in the country. For this I need to present the process of securitization and de-securitization through the security concept of the Copenhagen School. Thus, relating US public environmental policies and the speeches of current US President Donald Trump and former President Barack Obama on climate change approved by the United States, since its entry into the Paris Accord in 2015 until its departure announced in July 2017. In order to achieve my objectives, the methodological tool will be the content analysis with the preparation of reading sheets systematized by year categorization. And finally, in the last section will be applied the tool proposed by the Copenhagen School on the theory of securitization.

Keywords: Paris Agreement. United States of America. Climate change.

¹ Graduanda em Relações Internacionais no Centro Universitário - UNINTER. Curitiba, Brasil, 2017 e membro do Grupo de Pesquisa – Estudos Políticos e Internacionais do Programa de Iniciação Científica que desenvolve o Projeto de Pesquisa: Segurança e Defesa Internacional: Novos Desafios da Agenda Contemporânea. E-mail: < kj_machado@live.com >.

1 INTRODUÇÃO

Ao final da Cúpula do Clima de Paris (COP 21) em 2015, o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas foi assinado por 195 países com a intenção de conter o aquecimento global em até 2° C em relação aos níveis pré-industriais, com o objetivo de não superar o 1,5° de aumento da temperatura mundial até 2025. Entre os países signatários estavam os Estados Unidos da América (EUA), que anunciou sua saída do Acordo na metade do ano de 2017.

Tendo em vista esse contexto, o objetivo desse artigo é buscar identificar se a saída dos EUA do Acordo de Paris representa um processo de dessecuritização do tema mudanças climáticas para o país. Como parte da análise os objetivos específicos são: entender o processo de securitização e dessecuritização, analisar as políticas públicas estadunidenses relacionadas ao tema; e por fim, analisar os discursos proferidos pelos dois presidentes. E também farei a análise do cruzamento dos dados (o processo/práticas e os discursos presidenciais).

Para o primeiro objetivo específico será utilizada a ferramenta metodológica de revisão bibliográfica teórica, utilizando a bibliografia primária e secundária. Para o segundo objetivo específico a ferramenta metodológica será a análise de conteúdo com elaboração de fichas de leituras sistematizadas por categorização de ano. E por fim, na última seção, será aplicada a ferramenta proposta pela Escola de Copenhague para explicar os processos durante o recorte temporal.

Para atingir os objetivos, o presente trabalho está dividido em quatro seções, a primeira explica o conceito de securitização e dessecuritização segundo Barry Buzan, Lene Hansen, Ole Wæver e Jaap de Wilde teóricos da Escola de Copenhague, a segunda é a apresentação de políticas públicas dos governos do ex-presidente Barack Obama e do atual presidente Donald Trump a partir da entrada dos EUA no Acordo de Paris em 2015 até o anúncio da saída em 2017 a terceira os discursos de ambos presidentes sobre o tema meio ambiente e mudanças climáticas, e por fim a quarta seção implicará na avaliação se a saída

dos EUA do Acordo de Paris representa um movimento de dessecuritização do tema mudanças climáticas nos Estados Unidos da América.

2 O CONCEITO DE SECURITIZAÇÃO E DESSECURITIZAÇÃO

A princípio entendermos o processo de securitização e dessecuritização se torna essencial nesse contexto. O conceito de securitização surge por meio da insatisfação de Barry Buzan, Lene Hansen, Ole Waever e Jaap de Wilde sobre o conceito de segurança tradicionalista. Esses autores lideravam a Escola de Copenhague, e estavam insatisfeitos com a centralização do conceito nos estudos de políticas internacionais, pois o conceito de segurança ao longo da Guerra Fria se baseava apenas em uso da força e questões militares. Ao longo da década de 1970 críticas ao redor do conceito de segurança criaram perspectivas mais abrangentes do que o conceito tradicionalista, assim expandindo o conceito para demais temas do cenário internacional.

Para Buzan (1997) os estudos de segurança, assim como o campo de Relações Internacionais, firmaram-se ao longo do século XX, com influências históricas como; a Segunda Guerra Mundial, a revolução nuclear, a Guerra Fria e o pós-Guerra Fria. Mudanças nas perspectivas de estudo como no cenário internacional foram resultados dessa consolidação entre os estudos. O estudo da guerra, a partir da Segunda Guerra Mundial, era de certa forma insuficiente para a conjuntura internacional, pois apenas os militares tinham o domínio acadêmico do tema guerra. Já o estudo da paz se limitava ao direito internacional.

Os estudos estratégicos - predominantes nos EUA e, por conseguinte, na maior parte do mundo; centravam-se na segurança nacional e eram largamente policy-oriented; e os estudos para a paz - prevaletentes na Europa, não possuíam tanta repercussão como a perspectiva dos estudos estratégicos; enfatizavam as concepções de sociedade internacional e segurança internacional. (DUQUE, 2009, p. 462)

No período da década de 1970 com o avanço das críticas ao redor do conceito de segurança, surge a necessidade de relação com a agenda meio ambiente, que começava a ganhar destaque no cenário internacional com sua

expansão ao redor do movimento ambientalista, e logo passa a interagir com os estudos de segurança. Também podemos considerar a influência do “declínio relativo da economia norte-americana e as duas crises do petróleo que levaram alguns estudiosos a demandar a inclusão de questões da economia internacional no conceito de segurança.” (DUQUE, 2009, p. 463 e 462).

Nesse contexto foi desenvolvida na Escola de Copenhague a Teoria da Securitização, que explica como o conceito de segurança pode se desagregar da perspectiva tradicionalista e se fundamentar aos demais temas da agenda internacional. Na perspectiva dos teóricos da Escola de Copenhague, segurança pode ser entendida como uma forma particular ou fora do comum de um tema de prática social, que é resultado dos atos de fala de um agente securitizador que apresenta um determinado tema como ameaça existencial a um objeto de referência, reivindicando a adoção de medidas excepcionais e urgentes na tentativa de contê-la.

O interesse, de natureza empírica, em relação à tendência verificada nas agendas de segurança da Europa de considerar as questões não militares como questões de segurança; e o interesse acadêmico de formular uma contribuição original para os debates teóricos realizados na área de segurança internacional. (HUYSMANS, 1998b, p. 482)

O conceito de securitização assim como as novas unidades da análise de segurança e a abordagem de vários setores da segurança foram às contribuições mais relevantes da Escola de Copenhague. Para aprofundarmos no conceito de securitização precisamos entender a visão construtivista das Relações Internacionais que afirma que assim como as identidades e interesses dos agentes, o mundo social, “é construído por estruturas e processos intersubjetivos e coletivos.” (DUQUE, 2009, p. 465). Assim com as perspectivas estabelecidas no campo das Relações Internacionais, o construtivismo procura entendê-las de forma empírica. Como processos antes abrangentes, dê certa forma, apresentaram variáveis durante as análises que construíram a partir de forma “natural” um resultado específico.

O exemplo da aplicação da epistemologia construtivista é o conceito de securitização proposto pela Escola de Copenhague. Enquanto para os

tradicionalistas o conceito de segurança está ligado às ameaças objetivas, para os autores da Escola de Copenhague às ameaças à segurança são construídas socialmente. O *Speech-act* o conceito de "ato de fala" utilizado pela Escola é a ferramenta que introduz um determinado tema para a esfera da segurança. Segundo Buzan et al. (1998) a securitização é um "ato de fala". O que justifica a necessidade da análise de discursos de securitização. Que podem ser representados no primeiro momento como *securitization move*, onde a partir daí podem ser aceitos ou não como securitizados.

A securitização e os critérios para securitização, segundo o grupo de Copenhague, são práticas intersubjetivas, por meio das quais um agente securitizador procura estabelecer socialmente a existência de uma ameaça à sobrevivência de uma unidade (BUZAN et al., 1998, p. 29-31).

Nessa perspectiva, repousa uma estrutura teórica para os estudos de securitização e os conceitos em torno dos quais a teoria se desenvolve: movimento de securitização; atos de fala; agente securitizador e objeto de referência. A securitização de um tema ocorre quando ele se move pela esfera da política, sai da política normal para a emergencial e para isso Buzan apresenta a unificação entre os conceitos de politização e securitização apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 1: Descrição dos processos de securitização:

Não politizados	Que não é objeto de políticas estatais ou de debates públicos, ou seja, o Estado não lida com eles, e eles não são temas de discussões ou decisões públicas.
Politizados	Objeto de políticas públicas, ou seja, o assunto é objeto de políticas públicas e requer decisões e alocações de recursos por parte do governo, ou, mais raramente, requer outra forma de administração comunitária.
Securitizados	A securitização pode ser vista de forma mais geral como uma versão extrema da politização, ou seja, apresentados como uma ameaça à existência, que requer medidas de emergência e justifica a tomada de ações fora das fronteiras normais dos procedimentos políticos.

Fonte: A autora, baseado em BUZAN et al, 1998, p. 23-24.

A partir dos estudos da Escola de Copenhague é possível analisarmos cinco setores de onde advêm ameaças e com isso, para Buzan, intensificamos a

essência do conceito de segurança. O setor militar se fundamenta na visão tradicionalista do conceito de segurança, e possui as ameaças militares como centro nos estudos de segurança. O setor político, segundo a definição dos autores da Escola de Copenhague se caracteriza por meio das ameaças políticas, a estabilidade organizacional pode sofrer alterações significativas que resultam na inconsistência de tal organização. Para compreendermos como isso pode ocorrer Buzan apresenta seus três componentes: as ideias de Estado, a sua base física e suas instituições. Assim sendo a “ideia de Estado” como o mais importante e abstrato, pois se refere à identidade nacional. “A identidade nacional, por sua vez, advém de noções como Nação e princípios organizacionais que envolvem língua, religião, ideologias, raça, história e cultura” (Buzan, 1991, p.78-79). Outro componente, esse concebido pela população e pelo território engloba os recursos naturais e riquezas produzidas, é usado como objeto de referência no campo do estudo de segurança é o componente físico do Estado. Constituídas pelos corpos administrativos e judiciários e as leis executivas, legislativo, procedimentos e normas com as quais as instituições operam.

As instituições são o terceiro componente fundamental para os estudos da ordem internacional. Com a produção do livro *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (Wæver et alii, 1993) a Escola de Copenhague introduz o setor societal como setor de segurança, “Neste, afirma-se que a definição das ameaças a esse setor varia com o entendimento de sociedade utilizado.” (TANNO, Grace. p.65). A identidade coletiva surge do sentimento de que entidade é constituída por um grupo, essas identidades são apresentadas no sistema internacional em forma, por exemplo, de nações. Logo quando uma entidade está em perigo, às ameaças societais ficam evidentes. Por isso as ameaças societais geralmente estão ligadas a fatores históricos das identidades. Segundo a Escola de Copenhague a sociedade societal pode ser entendida como:

[...] segurança societal se refere à habilidade de uma sociedade de permanecer com suas características essenciais sob condições mutáveis e ameaças possíveis. Especificamente, é sobre a sustentabilidade dentro de condições aceitáveis para a evolução de padrões tradicionais de língua, cultura, associação, identidade e

costumes religiosos e nacionais [...] segurança societal se refere a situações em que sociedades percebem a ameaça em termos de identidade" (Wæver et alii, 1993:23). " (TANNO, 2003, p. 66.)

O setor econômico está ligado com a concepção capitalista, que pode apresentar certa insegurança econômica dentro da análise das ameaças. Nesse setor as ameaças seriam aquelas que podem afetar setores econômicos que habilitam a sobrevivência do Estado essencial para a aplicação da guerra. "Para Buzan (1991:264), o liberalismo é a melhor escolha de economia política que um Estado pode fazer tanto em termos econômicos quanto militares." (TANNO, 2003, p. 66), pois a partir da perceptiva dos autores da Escola de Copenhague há receio a esse setor porque com ele é possível à separação entre o setor político e econômico.

Também há o setor ambiental este de extrema importância para esta análise, pois a partir do século XX as condições de vida no planeta começam a enfrentar a intensificação das atividades industriais, segundo os estudos da Escola "existem, portanto, dois objetos de referência principais no setor ambiental: o próprio meio ambiente e a qualidade de vida já alcançada.". (TANNO, 2003, p. 66). Entretanto o setor apresenta duas problemáticas na perspectiva dos autores: a primeira delas, diz que não se há a intenção na formulação das ameaças ao meio ambiente, e a segunda afirma que "ainda há grande incerteza sobre quais estruturas políticas serão produzidas pelas questões ambientais". (TANNO, 2003, p. 66).

Independente das duas problemáticas, o setor ambiental ganha escopo a cada dia, isso por conta de sua trajetória como tema das relações internacionais. O conceito de desenvolvimento sustentável advento dos estudos analíticos de teorias ambientais a partir dos anos de 1970 intensifica o debate dentro da esfera dos estudos sobre segurança. Segundo o Relatório Brundland de 1987 elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, o desgaste ambiental resultado das atividades humanas impactaria vidas futuras diretamente afetadas pelo fim dos recursos naturais não desenvolvidos no cotidiano. Com o intuito de retrocesso a esse estimulado futuro comum a manutenção das funções e componentes dos ecossistemas, que asseguram que continuem viáveis, seria

necessária e possíveis se houvesse um desenvolvimento sustentável. (Ministério do Meio Ambiente do Brasil, 2017).

A lógica fundamental dos discursos sobre segurança ambiental destacou Wilde (2008), funda-se na concepção de que a humanidade está vivendo para além da capacidade de suporte dos ecossistemas terrestres, em escala local, regional e global. (BARBOSA, e SOUZA, 2010, p. 8).

A partir dessas perspectivas resultados como, por exemplo, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima na década de 1990, e o Protocolo de Kyoto também nessa década, trouxeram ao debate a ideia de desenvolvimento sustentável que abrange o conceito de segurança ambiental e o traz para a esfera da ordem internacional. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima foi elaborada durante Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 por 194 países como intuito de amenizar os problemas ambientais mundiais, como a emissão de gases de efeito estufa (Ministério do Meio Ambiente do Brasil, 2017). Foi nesse período que o Protocolo de Kyoto foi criado como complemento a Convenção e começaram a ser definidas metas de redução de emissões para os países desenvolvidos e os que, à época, apresentavam economia em transição para o capitalismo, considerados os responsáveis históricos pela mudança atual do clima. (Ministério do Meio Ambiente do Brasil, 2017). A Cúpula das Partes (COP) que reúne vários países ao longo do mundo também é um órgão mediador importante na linha do tempo do tema mudanças climáticas passou por 21 cidades a partir de 1995 até 2015, onde foi realizado o Acordo de Paris.

Com isso a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) criou um termo que vincula meio ambiente e segurança o que podemos chamar de “insegurança ambiental”, e então os efeitos das mudanças climáticas começaram a serem tratados como questões de segurança internacional, fato que indica um processo de construção das mudanças climáticas como ameaça à paz e à segurança internacional. Porém como mudanças climáticas podem ser um indicador de ameaça internacional, se analisarmos que o conjunto de ações coletivas

humanas que criam influência para as mudanças climáticas ao longo de décadas, podemos usar a emissão de gases que podem resultar no aquecimento do planeta como resultado dessas ações.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUNIDENSES DENTRO DO TEMA MEIO AMBIENTE

O objetivo dessa seção é analisar o desenvolvimento das políticas públicas ambientais em dois períodos de tempo: a partir da entrada dos EUA no Acordo de Paris em 2015 até o anúncio de sua saída em 2017 durante o governo de Donald Trump. O ex-presidente Barack Obama concordou em 2015 a colaborar com a redução de 25% da emissão de gases que contribuíssem para o aquecimento do planeta até 2025, além de ajudar financeiramente países pobres a cumprirem essa meta. Porém nesse tempo ambos os governos apresentaram discursos sobre mudanças climáticas no EUA, segundo uma matéria do dia 2 de maio de 2017 feita pelo jornal *The New York Times*, o presidente Trump, com a ajuda de sua administração e republicanos no Congresso, reverteu o curso em quase duas dúzias de regras ambientais, regulamentos e outras políticas da era de Obama durante seus primeiros 100 dias no cargo. Dentre elas, cancelou um requisito sobre as emissões de metano, pois funcionários republicanos de 11 estados escreveram uma carta a Scott Pruitt, administrador da Agência de Proteção Ambiental, afirmando que a regra incluiu custos e papelada para companhias de petróleo e gás. Empresas de carvão e funcionários republicanos em muitos estados se opuseram fortemente ao Plano de energia limpa, que estabeleceu limites rígidos para as emissões de dióxido de carbono das usinas de energia elétrica a carvão e a gás.

Segundo a mídia estadunidense os republicanos argumentaram que o plano - a política assinada por Obama - representava uma ameaça à indústria do carvão, e havia montado um desafio legal. Então Trump assinou um mandato executivo instruindo a Agência de Proteção Ambiental, em inglês U.S. Environmental Protection Agency (EPA) para rever e reavaliar a regra. Um tribunal de recursos aprovou recentemente o pedido do governo Trump para suspender o processo durante revisão.

Quadro 2: Ações e políticas públicas do governo Trump nos 100 primeiros dias de mandato.

Donald Trump 2017	Ações políticas para a temática ambiental
26 de Janeiro	Retirou uma regra que ajudaria os consumidores a comprar pneus mais eficientes em termos de combustível.
3 de Fevereiro	Votou para revogar os limites das emissões de metano em terras públicas.
7 de Fevereiro	Aprovou o pipeline do acesso Dakota, construção do oleoduto
16 de Fevereiro	Revogou uma regra que impediu as empresas de mineração de carvão de esvaziar detritos em córregos locais.
2 de Março	Cancelou um requisito para informar as emissões de metano.
24 de Março	Aprovado o pipeline Keystone XL, construção do gasoduto
27 de Março	Revogou uma atualização para o processo público de planejamento do uso do solo.
29 de Março	Levou um congelamento de novas concessões de carvão em terras públicas.
29 de Março	Rejeitou a proibição de um inseticida potencialmente prejudicial.
3 de Abril	Rejeitou a proibição da caça de predadores em refúgios de vida selvagem do Alasca.
5 de Abril	Retirou orientação para agências federais para incluir emissões de gases de efeito estufa em avaliações ambientais.

Fonte: A autora, 2017.

Diferentemente de Donald Trump, o ex-presidente Barack Obama durante seu governo mostrou diversas vezes tentativas de adaptação das políticas públicas estadunidenses as mudanças climáticas. Segundo o site *The White House*, em junho de 2015, o presidente anunciou o *Clean Power Plan*, que propôs os primeiros padrões nacionais para limitar a quantidade de poluição por carbono que as usinas de energia podem despejar no ar. E também estabeleceu novos padrões de transporte que mudaram a maneira como os estadunidenses consomem energia. O presidente Obama discursava que nenhum desafio representa uma ameaça maior para nossos filhos, o nosso planeta e as gerações do futuro do que as mudanças climáticas - e que nenhum outro país da Terra está mais bem equipado para liderar o mundo em direção à solução. É por isso que, sob a liderança do presidente Obama, os Estados Unidos fizeram mais para combater as mudanças climáticas do que nunca. Na verdade, desde que o presidente assumiu o cargo, as emissões de carbono diminuíram 9%, enquanto a economia dos EUA cresceu mais de 10%. (The White House, the Record:

President Obama on Climate & Energy. A Historic Commitment to Protecting the Environment and Addressing the Impacts of Climate Change.)

Quadro 3: Ações e políticas públicas ao longo do governo Obama.

Ações do Governo Obama	Desenvolvimento ao longo do mandato
Reduziu a poluição de carbono das usinas estadunidenses	Estabeleceu os primeiros padrões nacionais de poluição de carbono para as usinas de energia, a maior fonte de poluição por carbono no país. O Plano de energia limpa fornece aos Estados ferramentas flexíveis e econômicas para reduzir a poluição por carbono dessas plantas em 32% em relação aos níveis de 2005 até 2030, evitando milhares de mortes prematuras e dezenas de milhares de ataques de asma na infância, reduzindo co-poluente perigosos. Lançou o American Business Act on Climate Pledge, com as principais empresas americanas que expressam o apoio a um forte acordo internacional sobre o clima em Paris e assumem novos compromissos para reduzir a poluição por carbono, impulsionar a energia limpa e aumentar o investimento em baixas emissões de carbono.
Expandiu a economia de energia limpa	Realizou o maior investimento individual em energia limpa na história através da Lei Americana de Recuperação e Reinvestimento (Lei de Recuperação), fornecendo mais de US \$ 90 bilhões em investimentos estratégicos em energia limpa e incentivos fiscais para promover a criação de emprego e a implantação de tecnologias com baixas emissões de carbono e alavancar aproximadamente US \$ 150 bilhões em capital privado e outros não-federais para investimentos em energia limpa resultando em aumentos dramáticos de energia limpa - com triplicar a energia eólica e aumentar a energia solar 30 vezes desde que o presidente assumiu o cargo.
Preparou comunidades para os impactos das mudanças climáticas	Estabeleceu a Força-Tarefa de Líderes Estaduais, Locais e Tribais para assessorar a Administração sobre como apoiar melhor as comunidades que se preparam para mudanças climáticas no nível local.
Incentivou a proteção dos recursos naturais.	Protegeu permanentemente mais de 550 milhões de hectares de terras e águas públicas da América, mais do que qualquer outro presidente da história. Criou o maior monumento marinho do mundo, que é completamente fora de limites para a extração de recursos comerciais.
Liderou esforços globais sobre mudanças climáticas	Levou esforços globais sobre as mudanças climáticas, resultando em um histórico Acordo sobre o Clima de Paris, com mais de 190 países se juntando para adotar o mais ambicioso acordo sobre mudanças climáticas na história. O Acordo de Paris estabelece um quadro global duradouro e duradouro para definir o mundo em um curso para reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa e mitigar os níveis mais perigosos de mudança climática.

4 ANÁLISE DOS DISCURSOS

A seguir serão apresentadas fichas de leituras sistematizadas por categorização de ano sobre quais discursos de Donald Trump e Barack Obama, serão analisados priorizando os discursos: de entrada e saída dos EUA, no Acordo de Paris. E também apresentando discursos dentro da temática ambiental em ambos os governos com o intuito de identificar se há *securitization move* nos contextos analisados.

Quadro 3: Discursos de Barack Obama dentro da temática ambiental.

Barak Obama	Local	Discurso
12 de Dezembro de 2015	Sala de gabinete, Casa Branca em Washington, DC.	O presidente fala sobre a entrada no acordo parisiense
5 de Outubro de 2016	Rose Garden, Casa Branca em Washington, DC.	O presidente apresenta uma declaração sobre o acordo parisiense
18 de Julho de 2016	Yosemite National Park, California	Comemoração dos 100º aniversário dos Parques Nacionais do EUA

Fonte: a autora, 2017.

No dia 12 de dezembro de 2015, Barack Obama na sala de gabinete da Casa Branca, anuncia a entrada dos EUA no Acordo de Paris sobre mudanças climáticas enfatizando a importância desse evento para comunidade estadunidense. Para Obama a entrada no Acordo representou a concretização do comprometimento que ele estabeleceu em exercer a tarefa de combater as mudanças climáticas, durante negociações em Paris afirma que reforçou a ideia de que o mundo precisa de um forte acordo global para alcançar esse objetivo, um acordo duradouro que reduz a poluição global do carbono e coloca o mundo em um curso para um futuro com baixas emissões de carbono seria essencial no exercício dessa tarefa.

In short, this agreement will mean less of the carbon pollution that threatens our planet, and more of the jobs and economic growth driven by low-carbon investment. Full implementation of this

agreement will help delay or avoid some of the worst consequences of climate change, and will pave the way for even more progress, in successive stages, over the coming years. (OBAMA, Barack. 12 de Dezembro de 2015.)¹.

Segundo discurso de Obama em 05 de outubro na Casa Branca, a entrada dos EUA no Acordo de Paris representou um dia histórico na luta para proteger o planeta para as gerações futuras. Para ele, uma das razões que o influenciaram a se tornar presidente era tornar os Estados Unidos da América um país líder nessa missão. E ao longo de seu mandato isso foi possível em 2009, recuperaram uma cúpula climática em Copenhague para estabelecer um princípio fundamental de que todas as nações têm um papel a desempenhar na luta contra as mudanças climáticas. O próprio país foi exemplo, com o histórico de investimentos em indústrias de crescimento, como a energia eólica e a solar que criaram um fluxo constante de novos empregos. Também definiram padrões para níveis nacionais para limitar a quantidade de poluição de carbono que as usinas produzem. E fortaleceu a ideia de que nenhuma nação, nem mesmo a grande nação dos Estados Unidos, podem resolver esses desafios sozinhos, todos podem resolvê-los juntos, para isso a importância do Acordo de Paris.

Obama também ressalta a relação com a China mediante o Acordo e reconheceu que o Acordo por si só não resolveria a crise ambiental. Mesmo que todos encontrassem os objetivos incorporados no Acordo, só chegariam a um resultado se houvesse cooperação entre os países se não cometessem erros, o Acordo ajudaria a atrasar ou evitar algumas das piores consequências das mudanças climáticas.

Now, the Paris Agreement alone will not solve the climate crisis. Even if we meet every target embodied in the agreement, we'll only get to part of where we need to go. But make no mistake, this agreement will help delay or avoid some of the worst consequences of climate change. It will help other nations ratchet down their dangerous carbon emissions

¹ Em suma, este acordo significará menos da poluição do carbono que ameaça o nosso planeta, e mais dos empregos e do crescimento econômico impulsionado pelo investimento com baixa emissão de carbono. A plena implementação deste acordo ajudará a atrasar ou evitar algumas das piores consequências das mudanças climáticas, e abrirá caminho para progressos ainda mais, em etapas sucessivas, nos próximos anos. (Tradução livre).

over time, and set bolder targets as technology advances, all under a strong system of transparency that allows each nation to evaluate the progress of all other nations. And by sending a signal that this is going to be our future -- a clean energy future -- it opens up the floodgates for businesses, and scientists, and engineers to unleash high-tech, low-carbon investment and innovation at a scale that we've never seen before. So this gives us the best possible shot to save the one planet we've got.² (OBAMA, Barack. 05 de Outubro de 2016.)

Em viagem ao Parque Nacional de Yosemite, localizado no estado da Califórnia, em comemoração a 100 anos dos Parques Nacionais Obama reconhecendo a incrível história de preservação natural, apresenta as públicas políticas que contribuíram para a sobrevivência do parque que para ele representa: *“At Yosemite, we connect not just with our own spirit, but with something greater. It’s almost like the spirit of America itself is right here.”* OBAMA, Barack. Dezembro 12, 2015. Obama também apresenta dados que mostram os mais de 265 milhões de hectares (até julho de 2016) de terras e águas públicas que foram protegidos no governo Obama, o que se refere ao maior resultado ao longo da história dos Estados Unidos. Dentre as políticas públicas estão: avanços nos estudos sobre espécies em extinção e a restauração de ecossistemas vulneráveis.

Quadro 4: Discursos de Donald Trump dentro da temática ambiental.

Donald Trump	Local	Discurso
24 de Março de 2017	Sala Oval, Casa Branca em Washington, DC.	Discurso do Presidente no Anúncio TransCanada Keystone XL Pipeline.
28 de Março de 2017	Sede da Agência de Proteção Ambiental em Washington, DC.	Trump comenta sobre assinatura da ordem executiva para criar independência energética nos EUA

² Agora, o Acordo de Paris por si só não resolverá a crise climática. Mesmo que encontrássemos todos os objetivos incorporados no acordo, só chegaremos a parte de onde precisamos ir. Mas se não cometermos erros, esse acordo ajudará a atrasar ou evitar algumas das piores consequências das mudanças climáticas. Isso ajudará outras nações a reduzir suas perigosas emissões de carbono ao longo do tempo e a estabelecer metas mais ousadas à medida que a tecnologia avança, tudo sob um forte sistema de transparência que permite que cada nação avalie o progresso de todas as outras nações. E enviando um sinal de que este será o nosso futuro - um futuro de energia limpa - ele abre as comportas para empresas, cientistas e engenheiros para desencadear investimento e inovação de alta tecnologia e baixo carbono em uma escala que nós nunca vimos antes. (Tradução livre).

1 de Junho de 2017 Rose Garden, Casa Branca Trump anuncia retirada dos EUA do
em Washington, DC. Acordo de Paris sobre o Clima.

Fonte: a autora, 2017.

Donald Trump no dia 24 de março de 2017, na sala oval da Casa Branca, anuncia a aprovação oficial da permissão presidencial para o Keystone XL Pipeline. Segundo a empresa TransCanada o encanamento proposto de petróleo bruto de 200 km (125 milhas), o Pipeline Heartland, transportará petróleo bruto da região de Edmonton, Alberta para instalações perto de Hardisty, Alta. Uma vez em operação, terá a capacidade de transportar mais de 900 mil barris de petróleo bruto por dia e desempenhará um papel fundamental na conexão dos fornecimentos canadenses de petróleo bruto em Alberta aos mercados no leste do Canadá e nos EUA. Para Trump, tal construção traz empregos aos estadunidenses e também representa a independência em sua da energia para os estadunidenses, reduzindo os custos familiares em energia e a dependência do petróleo importado para os EUA.³

It's a great day for American jobs and a historic moment for North American and energy independence. This announcement is part of a new era of American energy policy that will lower costs for American families - and very significantly - reduce our dependence on foreign oil, and create thousands of jobs right here in America. (TRUMP, Donald. 24 de março de 2017)⁴.

Na Sede da Agência de Proteção Ambiental em 28 de março de 2017, em Washington, DC. Donald Trump comemora a assinatura oficial da ordem executiva para criar independência no setor de energia dos EUA essa que aumentaria os empregos e estimularia a produção estadunidense de energia, isso restauraria a liberdade econômica do país, fazendo com que empresas e

³ Em Yosemite, nos conectamos não apenas com nosso próprio espírito, mas com algo maior. É quase como o espírito da América estar bem aqui. (Tradução livre).

⁴ É um ótimo dia para empregos americanos e um momento histórico para a América do Norte e para a energia independente. Este anúncio faz parte de uma nova era da política de energia norte-americana que reduzirá os custos para as famílias americanas - e de forma muito significativa - reduz nossa dependência do petróleo estrangeiro e cria milhares de empregos aqui na América. (Tradução livre).

trabalhadores prosperem. Segundo Trump: “That is what this is all about: bringing back our jobs, bringing back our dreams - and making America wealthy again.”⁵ (TRUMP, Donald, 24 de março de 2017). Desse discurso Trump diz que reavaliaria três pontos de influência sobre a independência: o Clean Power Plan, a arrecadação de recursos federais para a produção de carvão e as restrições para a produção de petróleo, gás natural, carvão limpo e energia de xisto.

We want to make our goods here instead of shipping them in from other countries. All over the world, they ship in, ship in - take the Americans' money, take the money, go home; take our jobs, take our companies. No longer, folks. No longer. We believe in those really magnificent words: Made in the USA. We will unlock job-producing natural gas, oil, and shale energy. We will produce American coal to power American industry. We will transport American energy through American pipelines, made with American steel. Made with American steel. Can you believe somebody would actually say that?.⁶ (TRUMP, Donald, 24 de março de 2017).

Também no mesmo ano em 1º de julho de 2017, o atual presidente estadunidense Donald Trump anunciou a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris realizado em 2015, no final da Cúpula do Clima de Paris (COP 21) por mais de 195 países sendo a vigésima-primeira cúpula das Nações Unidas sobre o tema, tendo a intenção de fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas e com isso o desenvolvimento sustentável e os esforços para erradicar a pobreza. O Acordo que segundo o Art 1. Tem como objetivo manter o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2 °C acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria

⁵ É disso que se trata tudo: recuperar nossos empregos, trazer de volta os nossos sonhos - e tornar a América rica novamente. (Tradução livre).

⁶ Queremos fazer nossos produtos aqui em vez de enviá-los de outros países. Em todo o mundo, eles entram, pegam o dinheiro dos americanos, e vão para casa; pegam nossos empregos, levam nossas empresas. Não mais, pessoal. Não mais. Acreditamos nessas palavras realmente magníficas: Made in the USA. Desbloquearemos o gás natural, o petróleo e a energia de xisto. Vamos produzir carvão americano para impulsionar a indústria americana. Vamos transportar energia norte-americana através de oleodutos americanos, fabricados com aço americano. Feito com aço americano. Você pode acreditar que alguém realmente diria isso? (Tradução livre).

significativamente os riscos e impactos das mudanças climáticas. E também visa aumentar a capacidade de adaptar-se aos impactos adversos das mudanças climáticas e fomentar a resiliência ao clima e o desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa, de uma forma que não ameace a produção de alimentos, como promover fluxos financeiros consistentes com um caminho de baixas emissões de gases de efeito estufa e de desenvolvimento resiliente ao clima. (Nações Unidas, 2015)

Porém para Trump isso resultaria em um grande impacto na economia do país onde muitos estadunidenses perderiam seus empregos em fábricas de carvão, e por isso o governo dos EUA estaria disposto a renegociar as condições do Acordo.

Porém para governos da Alemanha, França e Itália o Acordo não pode ser renegociado. E para a União Europeia o processo de saída dos Estados Unidos pode levar até quatro anos, já que o Acordo prevê que um país signatário pode notificar a ONU sobre a intenção de abandonar o acordo apenas após três anos de sua entrada. (SEVERIANO, matéria G1.com. 01 de Julho de 2017).

Segundo Trump a saída se torna uma decisão necessária para as empresas petrolíferas e os produtores de carvão dos EUA, dessa forma a saída do EUA do Acordo poderia garantir mais crescimento econômico e a criação de novos empregos. Uma das ações imediatas de Trump foi cortar investimentos econômicos à Green Climate Fund, fundo estabelecido pela ONU na Conferência sobre as Mudanças Climáticas de 2010 que tem como objetivo captar e distribuir recursos para a criação e implementar programas, práticas e tecnologias sustentáveis de baixo carbono, contemplando os países em desenvolvimento.

5 AVALIAÇÃO

O ex-presidente Barack Obama concordou em colaborar com a redução de 25% da emissão de gases que contribuíssem para o aquecimento

do planeta até 2025. Além de ajudar financeiramente países pobres a cumprirem essa meta. Segundo especialistas ambientais o aumento de 2°C até o fim do século traz consequências climáticas mundiais como a elevação do nível do mar, seca, tempestades, enchentes e até o desaparecimento de ilhas ao redor do mundo.

As políticas públicas criadas por Obama e os discursos proferidos por ele analisados nesse trabalho indicaram que durante o governo Obama o tema mudanças climáticas foi politizado nos Estados Unidos da América, isso porque foram criadas políticas públicas e ações estruturadas. Além disso, o discurso de Obama de entrada no Tratado de Paris caracteriza o *speech act*, demonstrando o processo de securitização do tema. A análise das movimentações políticas de Trump e seus discursos indicam que o caminho para a politização foi revertido. Ao revogar políticas públicas, discursar contra as mudanças climáticas e por fim, sair do tratado de Paris, com o discurso enfático, essas ações demonstraram a dessecuritização do tema nos Estados Unidos da América.

A saída dos EUA do Acordo de Paris pode apresentar o processo de dessecuritização do tema mudanças climáticas nos Estados Unidos da América, pelo menos temporariamente durante o governo de Trump, já que a saída dos Estados Unidos pode levar até quatro anos, pois o Acordo prevê que um país signatário pode notificar a ONU sobre a intenção de abandonar o acordo apenas após três anos de sua entrada o movimento de dessecuritização do tema mudanças climáticas fica claro em seus discursos e o exemplo disso é o anúncio da saída do Acordo de Paris. Como agentes securitizadores podemos identificar o Governo Trump, os republicanos, a ONU e os demais países membros do Acordo de Paris.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise feita, a saída dos EUA do Acordo de Paris pode representar o processo de dessecuritização temporária do tema mudanças

climáticas nos EUA. Para Buzan, por meio do estudo da lógica de securitização podemos identificar se o agente securitizador, está falando como indivíduo ou como representante político no local onde está abordando o tema, assim o securitizando. O que ocorreu quando Obama anunciou a entrada do país no Acordo de Paris.

Com a compreensão do processo de securitização e dessecuritização apresentado pela Escola de Copenhague à entrada dos EUA no Acordo de Paris intensificou a elaboração de políticas públicas ambientais a nível mundial, pois ao analisar os discursos de Barack Obama é possível concluir que o setor ambiental de segurança estava presente em sua ideologia que aprimorava questões ao meio ambiente e a qualidade de vida tanto presente, quanto futura. Assim com adaptações as políticas ambientais, como a entrada no Acordo de Paris e também o grande Clean Power Plan que com investimentos históricos em indústrias crescentes como o vento e a energia solar criaram um fluxo constante de novos empregos, Obama trouxe a intensificação do tema para a agenda nacional estadunidense.

O tema meio ambiente dentro da comunidade estadunidense já era objeto de políticas públicas, mas foi no governo de Barack Obama que o tema ganhou destaque como uma ameaça à existência principalmente de recursos naturais, que necessitaria de medidas de emergência para contribuição de proteger o planeta para as gerações futuras. Desta forma, a entrada no Acordo justificou a tomada de ações fora das fronteiras normais dos procedimentos políticos até antes tomados e intensificou o conceito de desenvolvimento sustentável no país. Para Obama, os EUA tomavam então o posto de líder mundial na luta contra as mudanças climáticas e assegurava-se em servir como espelho para outras nações trazendo o tema para e esfera internacional colaborando com a redução de 25% da emissão de gases que contribuíssem para o aquecimento do planeta até 2025 e ajudando financeiramente países pobres a cumprirem essa meta, pois Obama reconhecia que o Acordo por si só não resolveria a crise ambiental. Nesse contexto a saída dos EUA do Acordo de Paris como um ato de fala representa um retrocesso no processo de

securitização do tema mudanças climáticas, como vimos a partir estudos da Escola de Copenhague é possível analisar cinco setores de segurança, dentre eles o setor econômico que é usado como justificativa por Trump para a saída do Acordo de Paris. Para ele as medidas do Acordo não são justas para os EUA e de certa forma apresenta uma ameaça à economia estadunidense, por isso uma das ações imediatas de Trump foi cortar investimentos econômicos à GCF da ONU. Com isso o atual presidente Trump coloca o setor econômico muito a cima do setor ambiental de segurança, afirmando que os resultados das medidas tomadas durante o Acordo não seriam significantes para os estadunidenses, de maneira reversiva trariam a perda de investimentos estadunidenses na independência do uso da energia e aumento do desemprego no país. Segundo Buzan, as ameaças seriam aquelas que poderiam afetar setores econômicos que habilitam a sobrevivência do Estado essencial para a aplicação da guerra que para Trump é uma fonte de investimento para acabar com o terrorismo. Dentro da minha análise posso concluir que os demais setores de segurança apresentado por Buzan, também são usados para explicar a saída do Acordo, mas a partir da análise dos discursos, o setor econômico é o que mais se encaixa na perspectiva de Trump.

7 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Luciana Mendes e SOUZA, Matilde de. **Securitização das mudanças climáticas**: o papel da União Europeia. Contexto int. vol. 32 no.1 Rio de Janeiro jan. /jun. 2010.

DUQUE, Marina. O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. Contexto int. vol.31 no.3 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2009.

Globo.com, G1. **Trump anuncia saída dos EUA do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas**. 02 de junho de 2016. Disponível em < <https://g1.globo.com/natureza/noticia/trumpanuncia-saida-dos-eua-do-acordo-de-paris-sobre-mudancas-climaticas.ghtml> >. Acesso em: 10 out. 2017.

Ministério do Meio Ambiente do Brasil. **Mudança do Clima**. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-quioto> >. Acesso em: 25 nov. 2017.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana. **Escola de Copenhague: Um avanço teórico**. 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais De 25 a 28 de julho de 2017 – Belo Horizonte – MG, 2017.

TANNO, Grace. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. *Contexto int.* vol.25 no.1 Rio de Janeiro Jan./June 2003.

The New York Times. **23 Environmental Rules Rolled Back in Trump's First 100 Days**, by Nadja Popovich and Tatiana Schlossberg on May 2, 2017. Disponível em <<https://www.nytimes.com/interactive/2017/05/02/climate/environmental-rulesreversed-trump-100-days.html>>. Acessado em: 10 de outubro de 2017.

The White House. President Barack Obama | whitehouse.gov. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/administration/president-obama>> Acessado em: 24 de Novembro de 2017.

The White House, President Barack Obama. **Statement by the President on the Paris Climate Agreement**. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/12/12/statement-president-paris-climate-agreement>>. Acessado em: 25 de novembro de 2017

The White House, President Barack Obama. **Remarks by the President on the Paris Agreement**. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/10/05/remarks-president-paris-agreement>>. Acessado em: 25 de novembro de 2017

The White House, President Barack Obama. **Remarks by the President at Sentinel Bridge**. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/06/18/remarks-president-sentinel-bridge>>. Acessado em: 25 de novembro de 2017

The White House, President Barack Obama. A Historic Commitment to Protecting the Environment and Addressing the Impacts of Climate **Change**. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-record/climate>>. Acessado em: 25 de novembro de 2017

The White House, President Barack Obama. President Obama Marks an Historic Moment in Our Global Efforts to Combat Climate Change. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2016/10/05/president-obama-marks-historic-moment-our-global-efforts-combat-climate-change>>. Acessado em: 25 de novembro de 2017

The White House, President Donald J. Trump. **Statement by President Trump on the Paris Climate Accord**. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/06/01/statement-president-trump-paris-climate-accord>>. Acessado em: 25 de novembro de 2017

The White House, President Donald J. Trump. Remarks by President Trump at Signing of Executive Order to Create Energy Independence. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/03/28/remarks-president-trump-signing-executive-order-create-energy>>. Acessado em: 25 de novembro de 2017

The White House, President Donald J. Trump. Remarks by the President in TransCanada Keystone XL Pipeline Announcement. Disponível em <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/03/24/remarks-the-president-transcanada-keystone-xl-pipeline-announcement>>. Acessado em: 25 de novembro de 2017

TransCanada. **Keystone XL Pipeline**. Disponível em <<https://www.transcanada.com/en/about/>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

ONU Brasil. **Adoção do Acordo Paris**. 12 de Dezembro de 2015. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.